

A INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA: AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA¹

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: francigarces@yahoo.com.br

Recebido em: 23/04/2019

Aceito em: 30/08/2019

RESUMO

Esta pesquisa identifica as percepções dos docentes do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC a respeito da inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário. Como objetivo geral visa compreender a inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do Bibliotecário no curso de Biblioteconomia da Instituição. Como objetivos específicos busca identificar como a temática está representada nos discursos dos docentes do curso e em quais disciplinas da grade curricular a mesma é trabalhada. A fundamentação conceitual apresenta os conceitos sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira e aborda os instrumentos normativos que contemplam a temática. Além disso, trata do ensino de Biblioteconomia no Brasil, bem como, o ensino de Biblioteconomia da UDESC. Na metodologia, em relação à natureza desta pesquisa, esta é considerada como aplicada. Quanto aos objetivos, é considerada exploratória e descritiva e, com relação ao problema, esta é uma pesquisa qualitativa. No que concerne aos procedimentos, esta é uma pesquisa bibliográfica e documental. O universo desta pesquisa é composto por professores colaboradores e efetivos do Departamento de Biblioteconomia da UDESC. Utilizou-se a técnica de análise de discursos, denominada de Discurso do Sujeito Coletivo – DSC. Para a realização da coleta de discursos deste trabalho, foi usada como instrumento a entrevista semiestruturada e um questionário de caracterização. Como resultado final, apresenta-se alguns pontos relevantes sobre a inserção da temática no curso de Biblioteconomia da UDESC: a importância da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Curso, o currículo do curso e a disciplina sobre a temática, a formação dos docentes e a inclusão da temática na prática docente, o desconhecimento da Lei Federal nº 10.639/2003, o surgimento de outros temas de discussão e as percepções da pesquisadora. Reafirma-se a importância da inserção desta temática não só no ensino de Biblioteconomia, mas também na prática do bibliotecário enquanto profissional, cidadão, mediador e um sujeito atuante na sociedade. Este profissional precisa estar apto a atender todos os tipos de

¹ Pesquisa oriunda do trabalho de conclusão de curso da autora. Orientado pela professora doutora Daniella Camara Pizarro, docente do Departamento de Biblioteconomia, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

público, conhecer e respeitar a história e a cultura das populações que fazem parte da sociedade brasileira, bem como, contribuir para a promoção da igualdade, da diversidade étnico-racial e a redução de racismos e preconceitos.

Palavras-chave: Ensino de Biblioteconomia. História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Representações Sociais.

THE INSERTION OF THE AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN THEMES IN THE TEACHING OF LIBRARY SCIENCE: EVALUATION IN HIGH SCHOOL INSTITUTION OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

This research identifies the perceptions of professors of the Librarian Science Course of the Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) regarding to the insertion of African and Afro-Brazilian History and Culture in the formation of the Librarian. As a general objective, it aims to understand the insertion of African and Afro-Brazilian History and Culture in the formation of the Librarian in the Librarian Science course of the Institution. As specific objectives, it aims to identify how the theme is represented in the speeches of professors of the course and in which disciplines of the curricular grid the same is worked. The conceptual basis presents the concepts on African and Afro-Brazilian History and Culture and addresses the normative instruments that contemplate the theme. In addition, it deals with the teaching of Librarian Science in Brazil, as well as the teaching of Librarian Science at the UDESC. In the methods, regarding to the nature of this research, it is considered as applied. Regarding the objectives, it is considered exploratory and descriptive and, in relation to the problem, it is a qualitative research. Regarding the procedures, it is a bibliographical and documentary research. The universe of this research consists of collaborative and effective professors of the Librarian Science Department of the UDESC. The discourse analysis technique, called Collective Subject Discourse (DSC), was used. For the collection of speeches in this work, a semi-structured interview and a characterization questionnaire were used as instruments. As a final result, some relevant issues about the insertion of the theme in the Librarian Science Course of the UDESC are presented: the importance of African and Afro-Brazilian History and Culture in the Course, the curriculum of the course and the discipline on the subject, the formation of professors and the inclusion of the thematic in teaching practice, the unfamiliarity of Federal Law 10.639/2003, the emergence of other topics of discussion and the perceptions of the researcher. It reaffirms the importance of the inclusion of this issue not only in teaching librarianship, but also in

practice as a professional librarian, citizen, mediator and acting subject in society. This professional must be able to meet all types of public, know and respect the history and culture of the people that are part of Brazilian society, as well as contribute to the promotion of equality, ethnic and racial diversity and reducing racism and prejudices.

Keywords: Library education. African and Afro-Brazilian History and Culture. Social Representations.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade é (ou era para ser) um espelho da sociedade. A sociedade brasileira é composta por uma diversidade cultural e étnico-racial a qual precisa ser contemplada em todos os setores que a abrangem, como por exemplo, nos aspectos sociais, educacionais e políticos que visem estabelecer condições favoráveis e igualitárias a todos. No entanto, grupos elitizados concentram a produção e obtenção de bens imateriais e materiais, acessíveis a poucos e impossibilitados a determinados grupos sociais e raciais.

O ambiente universitário é um espaço criado por e para uma elite², onde muitos dos sujeitos que constroem a Universidade tendem a reproduzir preconceitos e estereótipos do senso comum e permitem a continuação de discriminações e desigualdades dentro dos espaços acadêmicos.

Entre as populações que foram historicamente preteridas dos ambientes escolares, acadêmicos e da sociedade, encontram-se as populações de origem africana e indígena que tiveram seus direitos retirados pelo projeto da elite que visava construir uma nação brasileira (NOGUEIRA, 2004, p. 91). Entre as ações que colaboraram para excluir os escravizados e indígenas da historiografia brasileira encontram-se a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, que decidia em seu artigo 3º que eram proibidos de frequentar as escolas públicas as pessoas que padecessem de moléstias contagiosas, os escravizados e os libertos (FONSECA, 2002, p. 12 apud PASSOS, 2014, p. 79). Outra ação que corroborou para que houvesse a exclusão das populações de origem africana foram as barreiras impostas aos libertos de acesso ao mercado de trabalho, aliada com a ideologia do branqueamento e a intensa imigração de trabalhadores europeus para servirem de mão de obra após a abolição da escravidão (PASSOS, 2014, p. 74). Tais fatores auxiliaram para

² Para fins deste trabalho, o termo “elite” pauta-se na ideia de um grupo minoritário organizado dentro da sociedade e detém o poder de decisão. Dentro deste contexto, pode-se incluir a questão da branquitude (SCHUCMAN, 2014) que não será discutida neste trabalho.

que estas populações fossem impedidas de acessar bens, recursos e serviços que elas próprias ajudaram a construir. Conforme Nogueira (2004, p. 91):

a opção das elites brasileiras e dos setores da sociedade que formaram as estruturas de Estado e as bases do chamado projeto nacional foi a de excluir, sobretudo, negros e índios do projeto de nação, o que se expressa atualmente nas desigualdades estruturais de raça, gênero e pobreza, tão anunciadas pelas pesquisas oficiais, especialmente a partir da década de 1990.

Isso permitiu a reprodução das desigualdades sociais e raciais, bem como, restringiu a ascensão social e restituição de direitos a estas populações (NOGUEIRA, 2004, p. 91; SILVA, 2008, p. 8).

A historiografia brasileira, por muito tempo não deu a devida ênfase aos importantes episódios de luta pelo fim da escravidão e direitos das populações escravizadas, que depois se tornaram cidadãos livres, mas eram tratados como se fossem escravizados, como o que ocorria na marinha, tais como, Guerra dos Palmares (1690), Revolta do Malês (1837) e Revolta da Chibata (1910) (CASSOLI, 2014, p. 99). Nos livros didáticos, durante a escravidão estas populações são estereotipadas e, após o período da escravidão, são invisibilizadas, pois não aparecem quais as suas estratégias de sobrevivência, seus processos educacionais, seus grupos culturais, suas sociedades musicais, recreativas e religiosas, bem como, suas formas de solidariedade e alianças (CARDOSO; RASCHE, 2014, p. 24).

Após importantes lutas dos Movimentos Sociais Negros, as populações de origem africana e indígena começaram a ter seus aspectos históricos, educacionais, culturais e socioeconômicos reconhecidos e valorizados a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na redação da Lei em 1996, o seu Art. 26 dizia que “o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígena, africana e européia” (BRASIL, 1996; ROMÃO, 2014). Posteriormente, a LDB foi alterada pela Lei Federal 10.639/2003 e esta Lei estabelece, em seus artigos 26A e 79B, o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, com conteúdo que contemplem “a história da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional” (BRASIL, 2003).

No ano de 2003, foi criada a Lei Federal nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de

ensino fundamental e médio, oficiais e particulares (BRASIL, 2003) e posteriormente, em 2008, houve a criação da Lei Federal nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de Cultura e História Indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares brasileiras (BRASIL, 2008). A Resolução CNE/CP 01/2004 estabelece em seu Art. 1º a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em Instituições de ensino, que atuam nos níveis de ensino e modalidades da Educação Brasileira (BRASIL, 2004a). Além disso, o Parecer CNE/CP 03/2004 (BRASIL, 2004b) afirma que

as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

Em relação às instituições de ensino superior brasileiras, que são aquelas que possuem como objetivo a formação em nível superior de caráter público e privado, e que, portanto, possuem seu funcionamento vinculado aos documentos legais que normatizam a política educacional no Brasil.

No que se refere ao ensino superior em Biblioteconomia, o primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil foi criado em 1911, pela Biblioteca Nacional, com influência francesa e orientação humanística, na cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, foi criado o segundo curso em São Paulo, pelo Instituto Mackenzie, com uma visão técnica e voltada aos processos de organização de serviços de informação. Entre os cursos criados encontra-se o curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC aprovado pelo Parecer nº 435/73 que teve seu início no ano de 1974. Com Habilitação em Gestão da Informação, o curso de Biblioteconomia da UDESC possui o objetivo de “formar bibliotecários aptos para produzir e utilizar conhecimentos técnico-científicos na gestão da informação para suprir às necessidades informacionais da sociedade” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007, p. 8). Nos objetivos específicos do curso destaca-se que o mesmo visa “propiciar ao aluno conhecimentos interdisciplinares em suas múltiplas dimensões, necessárias ao desenvolvimento de práticas sociais inerentes à sociedade da informação” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007, p. 8).

Portanto, relacionada à introdução da temática africana e afro-brasileira, o curso de Biblioteconomia da UDESC poderá fortalecer as práticas sociais desenvolvidas na sociedade contemporânea e que irão de encontro ao que foi estipulado nos documentos legais que regem a política educacional brasileira. Não somente no que abrange a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, que é o foco deste estudo, como a história, cultura e memória de diferentes grupos étnico-raciais.

No conteúdo abarcado para a formação do bibliotecário, deve-se abranger temáticas que possibilitem o desenvolvimento de ações que promovam a equidade racial, social e de gênero dos afrodescendentes e indígenas, afinal também constituem o público-alvo atendido nas unidades de informação brasileiras. O papel do bibliotecário é essencialmente social, e este profissional precisa ser mediador entre o interagente³ – que pode ser de diferentes grupos étnicos, religiões, classe social, gênero, etc. – e a informação. Esse profissional, ao se relacionar com o receptor de suas práticas, deve entender suas necessidades para então, fornecer a informação que este precisa, e para isso é necessário que tenha sensibilidade para entender o outro e buscar contemplar suas histórias, cultura e memória na unidade informacional onde atua.

A partir da explicitação da temática propõe-se como problema de pesquisa:

Como a História e Cultura Africana e Afro-brasileira são contempladas na formação do Bibliotecário no curso de Biblioteconomia da UDESC?

Enquanto objetivo geral, esta pesquisa visa compreender a inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do Bibliotecário no curso de Biblioteconomia da UDESC. Como objetivos específicos visa: a) Identificar como a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira está estabelecida nas ementas das disciplinas que compõem o projeto pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UDESC; b) Levantar as percepções dos docentes e suas representações sociais sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário; c) Verificar a importância manifestada pelos docentes sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário; d) Verificar como a temática é contemplada nas práticas docentes e em quais disciplinas da grade curricular é trabalhada.

Esta pesquisa se justifica pelos seguintes fatores descritos a seguir:

³ Neste trabalho, será utilizado o termo “interagente” que foi sugerido por Corrêa (2014) com o propósito de substituir o termo “usuário”, pois segundo a autora é o mais adequado para se referir ao cidadão da atualidade que, não somente busca a informação de forma autônoma, mas que também se torna um gerador de informações.

Enquanto mulher, negra e estudante do curso de Biblioteconomia da UDESC, a autora, sentiu falta da inserção da temática africana e afro-brasileira nos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso, tais como Usuários da Informação, Fundamentos da Educação, Fontes de Informação e Gestão de Estoques Informacionais. Acredita que, como o curso é multidisciplinar e por formar profissionais que atenderão diversos tipos de público e escolherão os materiais bibliográficos para a composição do acervo nas unidades informacionais onde exercerão suas funções, os graduandos precisam receber informações sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira para que se tornem disseminadores dessa temática e sensíveis à inserção de outros temas, tais como educação das relações étnico-raciais, feminismos, gênero e sexualidade.

Este trabalho visa auxiliar na discussão acerca da cultura africana e afro-brasileira no curso de Biblioteconomia da UDESC, buscando colocar em ação as Leis Federais nº 10.639/03 (Lei que estabelece o ensino de Cultura e História Africana e Afro-brasileira), nº 11.645/08 (Lei que estabelece o ensino de Cultura e História Indígena), nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Biblioteconomia. Além disso, o estudo das populações de origem africana na Biblioteconomia não é algo inaugural, vide a *Black Librarianship Americana* criada no século XIX, conforme nos lembram Silva e Saldanha (2018), Espera-se ainda, proporcionar uma reflexão sobre a formação bibliotecária vinculada à visibilização das populações de origem africana, bem como a redução de preconceitos, racismo e exclusões daqueles que ainda encontram-se à margem de nossa sociedade (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2017; SILVA; AQUINO, 2013).

2 HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

A inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares e de cursos de ensino superior no Brasil visa realizar a discussão, reflexão e visibilização da diversidade cultural e étnico-racial presente em nosso país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a população negra (pretos e pardos) era representada por 53,4% da população brasileira no ano de 2014. (INSTITUTO..., 2015).

No entanto, mesmo sendo a maioria, esta população não é representada adequadamente no dia a dia dos meios de comunicação de massa, nas universidades públicas e na formação de professores. A representação do negro nos materiais didáticos ainda é estereotipada e os descendentes de africanos escravizados em nosso país ainda sofrem discriminações e racismos por causa de sua cor da pele, seu fenótipo, seu cabelo e atributos físicos (SILVA; SALDANHA, 2018; HALL, 2016).

Dentro disso, a partir do entendimento da inserção tardia da temática nos conteúdos tanto escolares quanto universitários, bem como, as leis que surgiram a partir das reivindicações e quais regulamentos foram inseridos visando contemplar a temática e os direitos das populações de origem africana, o bibliotecário saberá como atuar em prol do antirracismo e antifobias.

No Brasil, o Movimento Negro existe desde que os primeiros africanos escravizados chegaram ao país (PEREIRA, 2007). O Movimento Negro é definido como um “conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais, etc.” (PEREIRA, 2007, p. 235). E constituiu-se em um importante articulador no movimento de reivindicações por saúde, educação, trabalho e qualidade de vida para a população negra brasileira. Embora seja um tema subexplorado pela historiografia brasileira, a trajetória do movimento negro teve seu início na República (1889-2000) e possuiu várias fases, propostas e lideranças negras (DOMINGUES, 2007).

Após a Proclamação da República (1889-1937) e o Golpe do Estado Novo teve início a primeira fase do Movimento Negro que tinha como objetivo retirar os libertos, ex-cativos e seus descendentes da linha de marginalização instituída pela República. Isso acontecia, pois após a abolição da escravatura nenhum ganho material ou simbólico foi proporcionado à população recém-liberta. Esta foi levada à margem da sociedade com as limitações criadas pela República, tais como, racismo científico, teoria do branqueamento, reformas urbanizadoras, entre outros. Por isso, os movimentos sociais negros mobilizaram-se e criaram dezenas de grêmios, clubes e associações com o intuito de dar assistência e ser recreativo e/ou cultural para estas populações (DOMINGUES, 2007).

No campo das Letras começaram a aparecer as primeiras publicações realizadas por negros, a chamada imprensa negra, que tinham como objetivo tratar de questões de interesse da população negra, como por exemplo, questões trabalhistas, educacionais, de

saúde, a luta contra a discriminação de cor no Brasil, entre outros. Entre os primeiros jornais criados neste período cita-se: “A Pátria”, de 1899 e “O Combate”, de 1912, ambos criados em São Paulo. No que se refere à produção intelectual, pode-se citar textos, memórias e depoimentos de autores como, Abdias do Nascimento, José Correia Leite, Lélia Gonzalez, Hamilton Cardoso, entre outros líderes do Movimento Negro brasileiro que buscavam denunciar o racismo sofrido pelos negros em todos os âmbitos de nossa sociedade (DOMINGUES, 2007).

Uma das ações de êxito do movimento negro foi a criação da Frente Negra Brasileira - FNB, em 1931, organização com o propósito de promover a integração do negro à sociedade. Esta organização obteve um número expressivo de associados e conseguiu transformar o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa, com estimativa de mais de 20 mil associados. Posteriormente, a FNB foi transformada em partido político, acabou por ser extinta com a chegada do Estado Novo, mas obteve algumas de suas reivindicações atendidas (OLIVEIRA, 2002; DOMINGUES, 2007; DOMINGUES, 2008).

A segunda fase do movimento negro foi durante o Estado Novo, no entanto, não obteve o mesmo sucesso e poder de aglutinação que o período anterior. Uma de suas principais vitórias foi a criação da União dos Homens de Cor - UHC, em 1943, que objetivava a promoção intelectual e econômica dos afrodescendentes no território nacional. Esta entidade realizava debates na imprensa, publicação em seus próprios jornais, serviços assistenciais à população afro, tais como, jurídicos e médicos e aulas de alfabetização (SILVA, 2003; DOMINGUES, 2007).

O Teatro Experimental do Negro - TEN foi outro importante grupo criado pelo movimento negro em 1944. Tinha Abdias do Nascimento como líder e visava formar um grupo de teatro apenas de atores negros. No entanto, acabou por expandir sua atuação e passou a oferecer cursos de alfabetização, corte e costura, publicou o Jornal O Quilombo, fundou o Museu do Negro e o Instituto Nacional do Negro, organizou o I Congresso do Negro Brasileiro, buscou a criação de legislações antidiscriminatórias, tais como, a Lei Afonso Arinos, e ações que procuravam trazer benefícios e visibilidade à população negra brasileira (NASCIMENTO, 2004; DOMINGUES, 2007; CUNHA, 2012; JESUS, 2015).

A terceira fase do Movimento Negro envolve um processo conturbado por conta da ditadura civil-militar de 1964. Perseguição aos militantes negros com falsas acusações de policiais e a desmobilização das lideranças negras por conta da repressão foram alguns

dos fatores enfrentados pelos integrantes do Movimento Negro. Ao final da década de 1970, houve uma ascensão do movimento negro, juntamente com os movimentos estudantis, sindicais e populares. Importantes lideranças negras dos Estados Unidos serviram de influência para que o Movimento Negro Unificado assumisse uma posição e discurso radicais contra a discriminação racial (DOMINGUES, 2007).

O movimento negro brasileiro, ao longo do século XX, teve muitas experiências, diferentes tentativas e estratégias de atuação política que visavam sua projeção nacional e a conquista da visibilidade do racismo dentro da sociedade brasileira, com a pretensão de “quebrar” o “mito da democracia racial” (PEREIRA, 2010). Mas o que seria o “mito da democracia racial”? Segundo Guimarães (2001, p. 122):

A ciência política brasileira construiu, todavia, no decorrer dos anos, um certo modo de abordar a questão. Bolívar Lamounier (1968) e Amaury de Souza (1971) arrolam três questões substantivas para estudo na relação entre raça e política no Brasil. A primeira é se negros e brancos têm comportamentos políticos diferenciais, presumidamente baseados na experiência das desigualdades sociais; a segunda é se há um comportamento político coletivo por parte dos negros, que expresse solidariedade racial; e finalmente, “como opera o sistema político para desmobilizar o potencial de comportamento político coletivo”.

[...] Entretanto, creio que a discussão, tal como esboçada acima, deve, no Brasil, enfrentar um primeiro desafio – o de demonstrar a existência de uma questão racial. Ainda que a nação brasileira tenha-se formado a partir da mesma matriz colonial americana, ou seja, do transplante de povos europeus para as Américas em situação de domínio sobre as populações indígenas aqui encontradas e sobre o também grande contingente de africanos escravizados, ainda assim, digo, acredita-se, em geral, numa certa excepcionalidade brasileira, que teria superado as diferenças raciais originais. Isso porque a solução brasileira ao problema da integração dos ex-escravos negros e de descendentes dos povos indígenas à sociedade nacional passou, primeiro, por negar a existência de diferenças biológicas (capacidades inatas), políticas (direitos), culturais (etnicidade) e sociais (segregação ou preconceito) entre esses e os descendentes de europeus, com ou sem misturas, e, em segundo lugar, por incorporar todas essas diferenças originais numa única matriz sincrética e híbrida, tanto em termos biológicos, quanto culturais, sociais e políticos. É o que se convencionou chamar de democracia racial.

Ou seja, o “mito da democracia racial” possuiria, segundo Santos (1935 apud PEREIRA, 2007, p. 237) teria três partes que a fundamentariam: “1ª) nossas relações de raça são harmoniosas; 2ª) a miscigenação é nosso aporte específico à civilização planetária; 3ª) o atraso social dos negros, responsável por fricções tóxicas, se deve, exclusivamente ao seu passado escravista”.

O Movimento Negro contemporâneo possui características específicas que o torna diferente das organizações anteriores à década de 1970, são elas: a) a denúncia constante do “mito da democracia racial”: ideia de que as raças existentes no Brasil conviveriam de forma harmoniosa; b) a aproximação com as organizações de esquerda que marcou de forma profunda a criação das primeiras organizações do movimento negro, inclusive durante o regime militar; c) as lutas pela libertação em países africanos, tais como, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique contra a opressão colonial; d) os movimentos pelos direitos civis e movimentos radicais, tais como, os Panteras Negras lutavam contra o *apartheid* nos Estados Unidos. Com isso, houve a projeção de líderes destes movimentos, entre eles, Martin Luther King, Malcom X, Nelson Mandela, entre outros.; e) as influências culturais e políticas advindas do chamado “Atlântico Negro”; f) o dia da Abolição da Escravatura, comemorado em 13 de maio, deixa de ser considerado pela população negra e é substituído pelo dia da morte de Zumbi dos Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695. Atualmente, o dia 20 de novembro é comemorado como o Dia Nacional da Consciência Negra, sendo feriado em mais de 200 municípios brasileiros (PEREIRA, 2007; PAULA, 2009).

O Movimento Negro Unificado utilizava-se de uma organização marxista, com orientação trotskista, a Convergência Socialista. Esta organização foi a base para a formação política e ideológica de diversas lideranças do movimento negro.

Para Jesus (2015, p. 10):

Foi através do Movimento Negro que se iniciou a luta antirracista. As décadas de 1970 e 1980 foram de efervescência para um grupo de intelectuais negros que começaram a compreender que os problemas pelos quais os negros passavam não estavam circunscritos a esse grupo, e sim à sociedade brasileira. Para eles, a única forma de resolver esses problemas seria pressionando as autoridades públicas e privadas para direitos básicos como saúde e educação. O objetivo do MNU era conscientizar a população negra sobre a discriminação e as desigualdades raciais na sociedade brasileira e assim organizar grupos para pressionar o governo para combater o racismo na sociedade.

Entre as reivindicações mínimas que o Movimento Negro Unificado solicitava em seu Programa de Ações de 1982, destacam-se: a) a desmistificação da democracia racial; b) a organização política da população negra; c) a transformação do movimento negro em movimento de massas; d) a formação de alianças contra o racismo e exploração do trabalhador; e) a organização para o enfrentamento contra os policiais; f) a organização

nos sindicatos e partidos políticos; g) a luta pela introdução da História do Negro no Brasil nos currículos escolares e; h) a busca pelo apoio internacional contra o racismo (DOMINGUES, 2007).

Atualmente, pode-se verificar que a história das lutas dos movimentos negros serviu para garantir direitos e permitiram a criação de leis que hoje estão em circulação. Entre as ações que foram implementadas pela luta do Movimento encontram-se: a) A introdução da História do Negro no Brasil nos currículos escolares com a criação da Lei Federal nº 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio brasileiros (BRASIL, 2003); b) No que concerne ao acesso à educação de nível superior, a Lei Federal nº 12.711/2012, chamada de Lei de Cotas, permitiu o acesso de alunos autodeclarados negros às universidades brasileiras; c) A criação de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros - NEABs nas universidades públicas, privadas e comunitárias do país. Entre os primeiros NEABs criados cita-se: o Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO da Universidade Federal da Bahia - UFBA, criado em 1959 e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES criado em 1980; d) Houve também, a criação de Planos Nacionais para a Implementação da Lei Federal nº 10.639/03, a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), entre outras.; e) No âmbito internacional, uma das maiores conquistas do movimento negro foi a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Esta conferência permitiu explicitar as questões relacionadas à população negra e as formas de racismo, preconceito e discriminação sofridos pela mesma.

Com base no acima exposto, ressalta-se a importância das lutas do movimento negro para a permissão e o acesso a direitos, antes negados à população afrodescendente. Enfoca-se ainda, que o movimento negro busca pelo estabelecimento de políticas públicas, de leis, de meios de comunicação em massa e imprensa que representem a população afro-brasileira e outros fatores que valorizem a história e a memória das populações africanas e afrodescendentes que aqui vivem. Além disso, luta por melhores condições de

vida e pela erradicação do racismo que ainda atinge e causa efeitos nocivos à população negra componente da sociedade brasileira.

3 ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi a base das primeiras articulações para a implementação de técnicas e práticas biblioteconômicas no Brasil. À medida que as experiências de instituições estrangeiras, que possuíam uma prática biblioteconômica consolidada, foram sendo conhecidas e transmitidas aos intelectuais brasileiros, começou uma mudança que os levou à pensar em uma nova forma de prática biblioteconomia no país (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000).

O ensino de Biblioteconomia no Brasil teve seu início no ano de 1911, quando foi criado o primeiro curso na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, considerado o primeiro da América Latina. Na época de implantação do curso, a Biblioteca Nacional possuía como diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva, considerado “um dos pioneiros no planejamento da documentação bibliográfica” e “com a visão profética de Paul Otlet e Henri La Fontaine” (FONSECA, 1957 apud OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 14).

O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foi estabelecido pelo Decreto nº 8.835 de 11 de julho de 1911 (BRASIL, 1911) e obteve como base e influência, a escola francesa de orientação erudita e humanística chamada “École Nationale des Chartes” (BRASIL, 1911; FONSECA, 1979, FONSECA, 2007; ALMEIDA, 2012; SEPÚLVEDA, 2012). Possuía como objetivo, atender demandas institucionais visando o “suprimento das necessidades internas e da consolidação de um projeto da elite dominante” (SOUZA, 1990 apud OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 14).

Conforme Souza (1997, p. 27-28), a prática bibliotecária humanística possuía a educação como “característica de formação de serviço, ou seja, é intra-institucionalizada, respondendo às necessidades específicas de um tipo de biblioteca”. Ainda conforme o autor, a vertente humanística utiliza-se do “aperfeiçoamento da prática na prática” que se constitui de uma atividade profissional não corporativa, tornando-a profissão de exercício livre. Em seus artigos sobre o curso de Biblioteconomia, o Decreto apresenta informações sobre: a grade curricular do curso, os exames admissionais, as datas e os prazos de matrículas, a duração das aulas, entre outras informações (BRASIL, 1911).

Um ano após o lançamento do Decreto e estabelecimento do curso houve a desistência dos inscritos no mesmo. Além disso, ocorreu a “transferência do diretor da

primeira seção, impressos, para a segunda seção, de manuscritos, porque ele não se julgou devidamente preparado para o desempenho das aulas” (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 14).

A primeira turma foi criada em 1915 sendo composta por 21 alunos e posteriormente, teve a adição de mais seis integrantes por determinação do então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. Os estudantes do curso eram, em grande parte, os funcionários da Biblioteca Nacional e os docentes os diretores da instituição. Para ser admitido no curso, o candidato devia possuir conhecimentos gerais, eram testados por meio de um exame de escrita de português e provas orais de outras áreas, tais como história universal, literatura e línguas (CASTRO, 2000; OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009; ALMEIDA; 2012).

O artigo 28 do Decreto nº 8.835 estabelecia que os graduados oriundos do curso de Biblioteconomia seriam, posteriormente, os privilegiados para suprir a demanda de bibliotecários na Biblioteca Nacional assim:

Art. 28. Os auxiliares serão nomeados mediante, concurso de documentos comprobatórios da aptidão e boa conducta dos candidatos, que não poderão ter menos de 18, nem mais de 30 anos de idade, não sendo admittidos aquelles que soffrerem de molestia contagiosa ou tiverem defeito physico que prejudique o exercicio do cargo, devendo ser preferidos os que houverem sido habilitados no curso de biblioteconomia. (BRASIL, 1911).

No Artigo 32 do mesmo Decreto, constava que os graduados a serem aceitos deveriam ser habilitados no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional para que pudessem exercer a profissão e gozar de benefícios e promoções destinados ao cargo (BRASIL, 1911). No entanto, nos anos posteriores ocorreu uma baixa no número de inscritos. Os matriculados no curso em 1916, foram somente seis funcionários dos quais apenas dois graduaram-se. No ano de 1917 obteve-se cinco matriculados, dos quais somente um graduou-se. No ano de 1921, embora tenham sido abertas as inscrições, não se obteve candidatos e no ano seguinte, em 1922, o curso foi extinto (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 15).

Em 1931, o curso foi reaberto por meio do decreto nº 20.673, de 17 de novembro. Em seu Art. 1º é decretado o estabelecimento do Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, bem como, a distribuição de disciplinas por dois anos letivos (BRASIL, 1931). Entre as disciplinas cursadas estavam no 1º ano: Bibliografia, Paleografia e Diplomática

e; no 2º ano: História literária (com aplicação à bibliografia), Iconografia e Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas) (BRASIL, 1931). Conforme Oliveira, Carvalho e Souza (2009), houve 31 alunos inscritos, dos quais 21 solicitaram os exames. Com base no Decreto nº 22.167, de 5 de dezembro de 1932, todos os requerentes foram aprovados, sendo que desses alunos sete eram funcionários da Biblioteca Nacional. Assim assegurou-se o direito para o reestabelecimento e preenchimento de cargos aos bibliotecários para atuarem na Biblioteca (BRASIL, 1932; OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Em São Paulo, foi criado o “Curso Elementar de Biblioteconomia” patrocinado pelo Instituto Mackenzie no ano de 1929. Este curso foi o segundo no país e era influenciado pela *Columbia University*, com uma visão americana e tecnicista da profissão. O instituto possuía como bibliotecária, a americana Dorothy Muriel Gedds Gropp, que foi contratada pelo Instituto Mackenzie para realizar a reorganização do acervo do instituto visando introduzir novos processos para a criação de catálogos e de localização de livros nas estantes (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009). A ideia do curso surgiu a partir de uma necessidade da preparação de uma bibliotecária que substituísse Dorothy em seu trabalho no Instituto, enquanto esta realizava um curso de especialização na Universidade de Columbia. (MUELLER, 1985 apud PINTO, 2015).

Em 1935, o curso de Biblioteconomia do Instituto Mackenzie foi encerrado. Em 1936, foi criado o curso de Biblioteconomia dirigido por Rubens Borba de Moraes e Adelpa Figueiredo, do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Neste curso, as disciplinas ministradas eram: Catalogação, Classificação, História do Livro e Bibliografia. No ano de 1937 foram obtidas 215 matrículas, e em 1938, houve a graduação de 59 alunos (ALMEIDA, 2012).

Conforme Castro (2000), este curso realizou a consolidação, a sistematização e normalização das “atividades de ensino, informais e assistemáticas, desenvolvidas desde 1929, na Biblioteca Municipal, pelo então diretor, Eurico de Góes” (CASTRO, 2000, p. 71). Vale ressaltar que, neste caso, a prática bibliotecária de base americana possui como característica o predomínio tecnicista, que traz para a educação um aspecto mais acadêmico com base nas teorias organizacionais (SOUZA; 1997). O curso foi fechado em 1939, pelo então prefeito Francisco Prestes Maia, por não considerar a utilidade e viabilidade do mesmo. Posteriormente, o curso foi transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1940 (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Diante disso, ocorre a expansão do ensino de Biblioteconomia no país, sendo criados vários cursos a partir da década de 1940, tais como, o curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura de Pernambuco, na Universidade Federal da Bahia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre outros (ALMEIDA, 2012).

Como pode ser observado, os primeiros cursos de Biblioteconomia brasileiros possuíam influência técnica e humanística, nos cursos de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Deste modo, os bibliotecários formados neste período obtinham apenas uma destas abordagens. No entanto, Almeida (2012) afirma que a partir de 1944, as escolas de Biblioteconomia do Rio de Janeiro e São Paulo começaram a ministrar disciplinas sem diferenças significativas. Com o passar do tempo, a prática do ensino de Biblioteconomia passou a apresentar uma vertente mais tecnicista, embasada na escola dos Estados Unidos (ALMEIDA, 2012).

Um dos marcos da Biblioteconomia brasileira foi a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB, em 26 de julho de 1959 com o intuito de fixar um currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia do país (SANTOS, 1998). Como missão, a FEBAB busca “defender e incentivar o desenvolvimento da profissão”. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES..., 2016). A FEBAB com o apoio do Conselho Federal de Educação conseguiu aprovar em 16 de dezembro de 1962, o Parecer nº 326/1962 com o Currículo Mínimo para os cursos de Biblioteconomia. Este currículo estabelecia a duração dos cursos e contava com as disciplinas de História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia. Além disso, cada escola de Biblioteconomia poderia incluir outras disciplinas para comporem seu currículo pleno, este era composto por disciplinas obrigatórias, eletivas e as extracurriculares (DAVANSO; ZANAGA, 2011).

A profissão de bibliotecário teve seu exercício regulado pela Lei Federal nº 4.084, de 30 de junho de 1962 e estabelece em seu Art 1º sobre a “designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor” (BRASIL, 1962). Além disso, afirma em seu Art 2º que o exercício da profissão de Bibliotecário só é

permitido aos Bacharéis em Biblioteconomia de “Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas” (BRASIL, 1962) e “aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil” (BRASIL, 1962). Esta lei ressalta que o exercício da profissão não será permitido “aos diplomados por escolas ou cursos cujos estudos hajam sido feitos através de correspondência, cursos intensivos, cursos de férias etc”. (BRASIL, 1962). Ainda nesta lei, são explicitadas as atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, sobre os Conselhos de Biblioteconomia, sobre as anuidades e taxas a serem pagas pelo profissional para que possa exercer a profissão, além das disposições gerais e transitórias. Pequenas mudanças foram trazidas pela Lei 7.054 de 2 de julho de 1986 que deu nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084:

Art. 3º. Para o provimento e o exercício de cargos técnicos de Bibliotecários, Documentalistas e Técnicos de Documentação, na administração pública federal, estadual ou municipal, autárquica, paraestatal, nas empresas de economia mista ou nas concessionárias de serviços públicos, é obrigatória a apresentação de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, respeitados os direitos dos atuais ocupantes (BRASIL, 1986).

Em 1976, houve uma proposta de mudança no Currículo Mínimo de Biblioteconomia instituído no ano de 1962. Esta proposta de mudança foi discutida na reunião da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) na cidade de Campinas, São Paulo. Como questões básicas para mudança no Currículo Mínimo criado em 1962 foram apresentados os seguintes pontos: a) a mudança social; b) o profissional que não corresponde totalmente às exigências sociais; c) a delineação do produto final que se pretende tendo em vista as necessidades e as tendências da sociedade; d) o profissional formado pelas escolas deve responder às situações apresentadas anteriormente e ser um agente de transformação e desenvolvimento da sociedade à qual se insere (FERREIRA, 1977).

Outro fator importante a ser ressaltado é que, as demandas sociais da época requeriam um novo tipo de profissional, um agente que interagisse entre o usuário e o acervo, detentor de uma “visão global dos elementos envolvidos no processo de transferência de informação, como conhecer a realidade política e cultural de seu país” (FERREIRA et al, 1977, p. 94).

Neste ponto, foi proposto um novo Currículo Mínimo com os seguintes aspectos:

1. Função social da Biblioteca:
Teoria da comunicação, processos de comunicação social. Sistemas de informação e os aspectos econômicos, políticos e sócio-culturais brasileiros. Métodos de pesquisa social.
2. Estudo de Usuário:
Necessidade e utilização da informação. Caracterização, atitudes, comportamento e educação do usuário.
3. Planejamento e administração de sistemas de informação:
Planejamento nacional. Política nacional de Educação e informação científica e tecnológica. Planejamento bibliotecário. Teoria geral da Administração. Organização e métodos.
4. Fontes de informação:
Geração de informação: pessoas e entidades. Fontes de informação: primárias e secundárias. Mercado livreiro: editoração, normalização, etc. Controle da informação: organismos nacionais e internacionais responsáveis pela produção de bibliografias, catálogos, índices e outros instrumentos.
5. Seleção e Aquisição:
Princípios, fontes e métodos para a seleção e aquisição de documentos.
6. Organização da informação:
Registro de documentos. Análise de conteúdo e forma de representação. Linguagens de indexação, incluindo classificação e catalogação.
7. Recuperação e transferência da informação:
Serviço de Referência, processos de recuperação e disseminação da informação (FERREIRA et al, 1977, p. 94).

Conforme Guedes (1985, p. 159), “o novo currículo mínimo de biblioteconomia foi aprovado em 1982 pelo Parecer nº 460/82 do Conselho Federal de Educação, após vinte [anos] de vigência do primeiro currículo mínimo”.

Em 2001, foi estabelecido o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprovava as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Neste parecer, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia tratam das competências e habilidades, além dos conteúdos a serem apreendidos pelos formandos. No perfil dos formandos, as diretrizes destacam que estes devem estar

preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (BRASIL, 2001a)

No que se refere às habilidades e competências específicas dos bibliotecários, as Diretrizes apresentam: a) criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; b) trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; c) processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; d) realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001). Há ainda, os conteúdos curriculares dos cursos de Biblioteconomia, que devem ser distribuídos em “conteúdos de formação geral, destinados a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta” (BRASIL, 2001).

Finalmente, a Resolução CNE/CES 19, de 13 de Março de 2002 irá estabelecer as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia. As Diretrizes estabelecem em Art. 2º sobre o projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelos cursos de Biblioteconomia que deverão explicitar o perfil dos formandos, as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas, os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica ou profissionalizante, o formato dos estágios, as características das atividades complementares, a estrutura do curso e as formas de avaliação. (BRASIL, 2002).

Outro fato a ser destacado é o 1º Código de Ética Profissional aprovado em 1966, na “1ª Reunião Plenária, que aconteceu nos dias 11 a 13 de julho de 1966, na sede do Serviço de Assistência Didática ao Ensino Comercial (SADEC), em São Paulo” (CORTÊ et al, 2015, p. 32). Este “texto final foi elaborado com base na análise do código adotado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)” (CORTÊ et al, 2015, p. 33). O código vigente está em sua quarta atualização e refere-se à Resolução CFB Nº. 42, de 11 de janeiro de 2002 (SILVA, 2006). Possui como objetivo “fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002). Nele estão estabelecidos os deveres dos bibliotecários, tais como, dignificar a profissão observando a moral, ética e profissional da classe, o respeito às leis e normas ditadas para ser bibliotecário, bem como, o respeito às atividades dos colegas e profissionais de outras áreas, entre outros. Entre as obrigações estabelecidas estão a preservação do cunho liberal e humanista da profissão, além do exercício da profissão com zelo, capacidade e

honestidade. A cooperação para o progresso da profissão, tanto de forma material quanto intelectual e o sigilo no desempenho das atividades desenvolvidas em seu ambiente de trabalho, quando houver necessidade, são outras obrigações do bibliotecário. Há também, aspectos da conduta do bibliotecário frente aos seus colegas, as normas da classe a serem observadas, os direitos e proibições ao bibliotecário e, por fim, as infrações disciplinares e as penalidades e aplicação de sanções, além dos honorários dos profissionais. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002).

Neste sentido, pode-se observar que o ensino de Biblioteconomia no Brasil tem marcos que buscaram, ao longo das últimas décadas, implementar uma Biblioteconomia que contemple vários aspectos, não somente as linhas trazidas pelos primeiros cursos brasileiros. A capacitação dos profissionais é um dos desafios ressaltados por Souza (2004) que, em conjunto com a formação teórica e científica, formarão bibliotecários com competência política, capacidade de diálogo e visão global da área.

O Currículo Mínimo trouxe novas perspectivas a serem consideradas e novos conteúdos a serem ensinados aos bibliotecários, para que estes tivessem a preocupação tanto do específico, como uma atividade a ser realizada dentro da unidade de informação em que atuam, os usuários de seus serviços e dos produtos oferecidos por uma biblioteca, quanto do geral, como a política e economia do país. Os cursos de Biblioteconomia brasileiros pautaram seus currículos no Currículo Mínimo, mas houve críticas ao mesmo, entre elas, a má formação e desempenho dos profissionais. No entanto, Santos (1998) ressalta que o Currículo Mínimo obrigatório trouxe as disciplinas base para a formação de um profissional, mas que os cursos não devem se utilizar somente delas para formar um bibliotecário. Neste sentido, as instituições de ensino superior poderão ser criativas e construir um currículo pleno com disciplinas para além das obrigatórias, contemplando todas as facetas necessárias a um profissional da área. (SANTOS, 1998).

Conforme Cortê et al. (2015, p. 35) foi na década de 1970 que:

[...] a biblioteconomia tomou novo impulso com a criação de seis Programas de Mestrado, com o surgimento de revistas especializadas e com a expansão de oportunidades de emprego, principalmente junto aos órgãos federais em suas bibliotecas especializadas e universitárias. Os Programas de Doutorado começaram a surgir durante a década de 1980. Atualmente a classe bibliotecária encontra-se já consolidada a nível nacional, em processo de reconhecimento cada vez maior pela sociedade e com os seus órgãos de classe, Conselhos, Associações e Sindicatos, implantados e organizados e com uma participação cada vez maior tendo, inclusive, importante atuação nas ações relacionadas com o MERCOSUL.

Na atualidade, vive-se na sociedade da informação e um dos desafios dos cursos da área de Ciência da Informação é a realização da inserção “em suas grades curriculares [de] conteúdos e metodologias adequadas para serem aplicadas como base para novos fazeres ocupacionais ou profissionais” (SOUZA, 2004, p. 138). Segundo Souza (2004), essa inserção não irá destruir os cursos criados há décadas, mas acrescentar aos profissionais de Biblioteconomia, por exemplo, habilidades que atendam às demandas desta sociedade e nova configuração social. E ainda, que estes cursos formem profissionais inclusivos, que levem em conta as diversas necessidades de toda a comunidade, inclusive, no que se refere às questões étnico-raciais e de gênero.

3.1 ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

Em Santa Catarina, existem atualmente três cursos de Biblioteconomia, um na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o segundo na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e o último na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, sendo os dois primeiros na modalidade presencial e último na modalidade de educação à distância. Para este trabalho, estudar-se-á o curso de Biblioteconomia da UDESC.

No ano de 1973, foi criado o curso de Biblioteconomia da UDESC. O projeto do Curso foi elaborado pela professora Terezinha Izabel Manso Muniz e pela bibliotecária Mitsi Westphal Taylor, aprovado em 23 de outubro do mesmo ano no Processo Nº 435/73 do Conselho Federal de Educação. Autorizado pelo Decreto Nº 73.260 de 6 de dezembro de 1973, o curso deu início às suas aulas, com 40 integrantes, na antiga Faculdade de Educação, hoje Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED, em março de 1974. (NASCIMENTO, 2014).

A Biblioteconomia catarinense foi ampliada, e com isso veio a criação dos órgãos de classe como a Associação Catarinense de Bibliotecários – ACB e o Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª Região – CRB-14, fundados nos anos de 1975 e 1984, respectivamente. Como os outros cursos de Biblioteconomia da época, o curso da UDESC baseava-se no primeiro currículo mínimo de 1962 com duração de três anos (NASCIMENTO, 2014).

O corpo docente da década de 1970 era composto por 13 profissionais formados nas regiões Sul e Sudeste. Com a formatura da primeira turma no ano de 1974, com 27

bacharéis em Biblioteconomia, foram admitidos alguns profissionais egressos da própria instituição. No entanto, em 1980, o curso recebeu a notificação de sua desativação tendo como justificativa o fato de Florianópolis não ter mercado para os profissionais formados pelos cursos da UDESC e da UFSC (NASCIMENTO, 2014).

Após um plano de reformulação apresentado por professores com uma proposta de currículo adequadas ao mercado de trabalho de Santa Catarina e racionalização dos custos, o curso foi reaberto em 1984, na cidade de Blumenau, em convênio realizado com a Universidade Regional de Blumenau – FURB. Este curso teve as disciplinas técnicas ministradas por professores do curso de Biblioteconomia da FAED/UDESC e possuía duração de quatro anos. No entanto, o convênio teve que ser desativado em 1989, pois o curso tornou-se oneroso para a FURB por não ter o preenchimento das 40 vagas oferecidas anualmente. Com o aumento da taxa de mensalidade, houve desistência por parte dos inscritos e por fim, o acordo acabou desativado após a formatura da segunda turma de Biblioteconomia na FURB (NASCIMENTO, 2014).

O curso de Biblioteconomia da UDESC teve algumas dificuldades quanto à estrutura física e necessitou trocar de centros para que as aulas fossem ministradas. Com a reativação do curso em 1984, o mesmo passou a ser ministrado nas instalações do CEPE/FAED, no centro de Florianópolis. Posteriormente, o curso passou a utilizar-se da estrutura da ESAG, mas por falta de receptividade e baixas condições de transporte até este Centro, foi transferido para a Rua Saldanha Marinho até o ano de 2007. A partir deste ano, o curso passou para o novo prédio da FAED, no campus I da UDESC, no bairro Itacorubi onde se localiza atualmente (NASCIMENTO, 2014).

No que concerne ao currículo do curso, o mesmo teve como base o currículo mínimo de 1962 e começou com duração de três anos. Com ênfase na formação tecnicista e pragmática, o currículo tinha como foco as disciplinas de catalogação, classificação e aspectos históricos da documentação. A partir de 1979, este currículo passou por uma reformulação curricular seguindo as orientações da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia (ABEBD) ampliando-se de três para quatro anos. Em 1987, houve nova alteração curricular com a introdução de algumas disciplinas, tais como, Arquivística e Estudo de Usuários. Com a criação da LDB, em 2000 houve uma nova reformulação do currículo, visando adequar-se às necessidades exigidas pela Reitoria da UDESC, da sociedade, do mercado de trabalho e dos interagentes da informação. O currículo que vigora atualmente foi implantado em 2008 e visa atender aspectos trazidos pelas

Diretrizes Curriculares Nacionais, além de introduzir disciplinas de Tecnologia da Informação e Gestão (NASCIMENTO, 2014).

Com Habilitação em Gestão da Informação, o curso de Biblioteconomia da UDESC possui como “objetivo formar bibliotecários aptos para produzir e utilizar conhecimentos técnico-científicos na gestão da informação para suprir às necessidades informacionais da sociedade” (UDESC, 2016). Neste sentido, visa especificamente, habilitar os alunos para a “utilização das tecnologias de informação e comunicação nos processos de organização, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação”, bem como, no “exercício de atividades profissionais relativas ao planejamento e gestão de unidades, serviços e sistemas de informação”. Além disso, deseja que o aluno possa “desenvolver produtos e serviços de informação que atendam as demandas do mercado de trabalho”, além de “desenvolver capacidade crítica e competências para o processo de investigação científica”. Visa também, “propiciar ao aluno conhecimentos interdisciplinares em suas múltiplas dimensões, necessárias ao desenvolvimento de práticas sociais inerentes à sociedade da informação” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2016).

No Projeto Pedagógico do curso reformulado em 2007, os princípios epistemológicos e metodológicos estão entre os norteadores da formação do profissional graduando em Biblioteconomia na UDESC. No que se refere aos princípios epistemológicos, há duas dimensões: a dimensão epistemológica, que se refere aos “recortes teórico-metodológicos das ciências que integram as áreas do currículo” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007) e a dimensão profissionalizante que envolve “uma compreensão do fazer do bibliotecário em todas as suas relações profissionais, sócio-políticas e culturais, na perspectiva da moral e da ética” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). A historicidade, a construção, a diversidade, a interdisciplinaridade e indissociabilidade e a democratização do conhecimento são os cinco princípios metodológicos que norteiam a formação do estudante da UDESC.

A matriz curricular do curso é organizada em seis áreas, sendo elas, a Fundamentação Geral, a Organização e Recuperação da Informação, os Recursos e Serviços de Informação, a Gestão da Informação, as Tecnologias da Informação e a Pesquisa. Além disso, a matriz possui Atividades Complementares de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, além de Educação Física Curricular (UNIVERSIDADE DO

ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). No Projeto Pedagógico do Curso enfatiza-se que todas as disciplinas da matriz curricular são de caráter obrigatório.

Após análise da Matriz Curricular, observou-se que as disciplinas oferecidas pelo curso visam tornar o bibliotecário formado pela UDESC o mais completo e multidisciplinar possível, visando atender às demandas da sociedade catarinense e brasileira. O curso de Biblioteconomia se tornou um dos mais conceituados entre as instituições de ensino superior brasileiras, tendo por muitos anos atingido conceito 3,0 e 3,99 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007).

A partir dos apontamentos e compreensão da formação do bibliotecário, questiona-se: O profissional formado em Biblioteconomia pela UDESC está preparado para trabalhar com questões étnico-raciais e de gênero? Durante sua formação, apreendeu sobre a diversidade étnica e cultural de seu público-alvo? Com relação às fontes de informação para compor o acervo da unidade informacional onde atua, consegue contemplar o público atendido e as necessidades informacionais desta população? E a população afrodescendente que frequenta esta unidade informacional sente sua história e cultura representadas no acervo? Com estes questionamentos em mente, foi realizada a leitura e análise das ementas das disciplinas oferecidas pelo curso de Biblioteconomia da UDESC, visando verificar a existência de conteúdos nas disciplinas que abordem a inserção da História e Cultura de populações africanas e afrodescendentes

Das 45 disciplinas do curso, verificou-se ao analisar as ementas que a disciplina de Antropologia Cultural possui dois tópicos que sugerem uma abordagem da temática africana e afro-brasileira, chamados, “Etnia e gênero” e “Cultura brasileira e identidade nacional”. No entanto, somente a partir da coleta dos discursos e análise dos mesmos é que será possível verificar se a temática é inclusa na disciplina e de que forma.

Outro fator relevante para a análise das ementas das disciplinas do curso envolveu uma reformulação no currículo do curso de Biblioteconomia da UDESC no ano de 2007. Deste modo, desejou-se analisar se houve a inclusão da História e Cultura das populações africana e afro-brasileira no currículo, visto que, neste período a LDB já havia sido alterada pela Lei Federal nº 10.639 em 2003 e tornou obrigatória a inclusão desta temática em conteúdos a serem ministrados nos níveis fundamental e médio brasileiros e, posteriormente em 2004, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

e Africana com sugestões de inclusão da temática também no ensino superior. Neste sentido, reflete-se que assim, como o bibliotecário pode atuar em vários ambientes, em especial, as bibliotecas escolares e universitárias, se faz necessário que este apreenda conteúdos sobre estas populações.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é definida por Gil (2002, p. 17) como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. É constituída de diversas fases, desde a elaboração do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Neste sentido, a pesquisa deste trabalho busca compreender, por intermédio dos discursos obtidos dos docentes, a inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do Bibliotecário no curso de Biblioteconomia da UDESC.

Para este trabalho, utilizou-se a Sociologia do Conhecimento relacionada à construção da realidade, de Berger e Luckmann e, das representações sociais coletivas de Moscovici criadas no campo da Psicologia Social. Estas teorias se apoiam no campo da Fenomenologia, que vem do grego *phainesthai* - aquilo que se apresenta ou que mostra - e *logos* - estudo e foi criada por Edmund Husserl (1859-1938) no início do XIX, na Alemanha. Este autor:

recebeu influências do pensamento de Platão, Descartes e Brentano. Entre os pensadores que sofreram a influência do pensamento husserliano, podem-se destacar: Martin Heidegger, Alfred Schutz, Jean Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty. Além da Europa teve repercussão nos Estados Unidos e na atualidade, existe em todos os continentes (SILVA; LOPES; DINIZ, 2008, p. 255).

Segundo Sadala (2004, p. 2):

A fenomenologia pensada por HUSSERL (1986) é uma volta ao mundo vivido, ao mundo da experiência, o ponto de partida de todas as ciências. A Fenomenologia propõe descrever o fenômeno, e não explicá-lo ou buscar relações causais, volta-se para as coisas mesmas como elas se manifestam. Voltar às coisas mesmas significa voltar ao mundo da experiência considerando que, antes da realidade objetiva, há um sujeito que a vivencia; antes da objetividade há um mundo pré-dado, e, antes de todo conhecimento, há uma vida que o fundamentou.

Citando Martins (1993) esta autora afirma que, a Fenomenologia foca na experiência consciente do indivíduo, a qual utiliza da comunicação interpessoal para compreender os significados das experiências vividas pelo homem. Assim, “mediante o uso de inferências lógicas, a redução da experiência consciente permite ao pesquisador localizar aqueles elementos de significado que estão empiricamente presentes na situação, sendo percebidos e expressos mediante o discurso do sujeito” (SADALA, 2004, p. 9).

Berger e Luckmann (1978), entendem que o homem constrói o seu conhecimento da realidade baseado em suas relações de trocas subjetivas entre o pensamento humano e o contexto social em que vive. Nesse contexto social, o conhecimento pode ser visto como a interpretação que aquele indivíduo realizará da sua realidade. Ou seja, a realidade que este indivíduo tem consciência e o conhecimento que possui sobre ela é construído socialmente. Assim, enquanto o homem constrói e modifica a sociedade é também por ela moldado e influenciado.

Para Duveen (2003, p. 8), o conhecimento sob a perspectiva da Psicologia Social abordada por Moscovici “nunca é uma simples descrição ou cópia do estado de coisas. Ao contrário, o conhecimento é sempre produzido através da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que estão nele implicados”. Este autor ainda afirma que o conhecimento surge de um mundo onde “as pessoas se encontram e interagem, do mundo onde os interesses humanos, necessidades e desejos encontram expressão, satisfação ou frustração” (DUVEEN, 2003, p. 9).

Para Norbert Elias (1994, p. 22), “cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outra por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos”. Neste sentido, a

compreensão do indivíduo e da sociedade se dá a partir da percepção de que um não existe sem o outro, sendo a sociedade uma rede de relações interdependentes, em que cada indivíduo exerce um papel, ou seja, uma cadeia de dependência funcional na qual os indivíduos estão permanentemente ligados (PIZARRO, 2010, p. 88).

A construção social da realidade que é um conceito proposto por Durkheim (SILVA, 2014) utiliza-se de aportes filosóficos da fenomenologia e está relacionada com as “representações sociais produzidas por atores sociais”. (SILVA, 2014, p. 75). Essas

representações são frutos de um “processo de socialização que incide sobre os indivíduos e os faz refletir e atuar na vida cotidiana” (SILVA, 2014, p. 75).

Assim, a Psicologia Social de Moscovici foi “orientada para as questões de como as coisas mudam na sociedade, isto é, para aqueles processos sociais, pelos quais a novidade e a mudança, com a conservação e a preservação, se tornam parte da vida social” (DUVEEN, 2003, p. 15). Como o fenômeno das representações está ligado aos processos sociais entrelaçados às diferenças na sociedade, Moscovici irá sugerir que “as representações sociais são a forma de criação coletiva, em condições de modernidade, uma formulação implicando que, sob outras condições de vida social, a forma de criação coletiva pode também ser diferente”. (DUVEEN, 2003, p. 16).

Além disso, Duveen (2003, p. 21) chama a atenção de que “as representações são sempre um produto de interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social”. Araya Umanã (2002, p. 11) citado por Silva (2014, p. 74) afirma que “as representações sociais são sistemas cognitivos que possibilitam reconhecer a presença de estereótipos, opiniões, crenças, valores e normas que podem servir para orientar atitudes tanto positivas quanto negativas”. Além disso,

possuem um sistema de códigos, valores, lógicas classificatórias, princípios interpretativos e orientadores das práticas que definem a “consciência coletiva”, na qual se rege com força normativa e institui os limites e as possibilidades sobre as formas do indivíduo atuar no mundo. (ARAYA UMANÃ, 2002, p. 11 apud SILVA, 2014, p. 75)

É a partir das representações sociais que se dará a

função de compreensão do mundo e suas relações, a função de valorização dos fatos, a função de comunicação mediante a interação e a criação e recriação das representações, e a função de atuação. É a partir das representações sociais que os indivíduos produzem significados pra compreender, avaliar, comunicar e atuar na realidade social (ARAYA UMANÃ, 2002 apud SILVA, 2014, p. 78)

Conforme Silva (2014, p. 78), as representações sociais, como forma de conhecimento, aludem a um processo onde se mostram como uma “forma de adquirir e de comunicar conhecimento” bem como um conteúdo, pois se mostram como “um universo particular de crenças e conhecimentos que se distinguem em três dimensões que

irão determinar o que se sabe (informação), como se interpreta (campo de representação e o que se faz ou como se atua (atuação))” (SILVA, 2014, p. 78).

Partindo dos conceitos supracitados, esta pesquisa utiliza-se do estudo das Representações Sociais para nos permitir conhecer as percepções dos professores do curso de Biblioteconomia da UDESC sobre a importância da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no curso. Utiliza-se de entrevista semiestruturada, pois este é um dos principais instrumentos sugeridos por Moscovici (2003) para acessar as representações sociais, visto “que elas são construídas nas interações dos sujeitos de diferentes grupos sociais, por meio das ideias compartilhadas e das experiências vividas” (JESUS et al, 2014, p. 5).

Neste sentido, a Teoria das Representações Sociais irá mostrar o discurso formado pelos docentes, por meio de uma abordagem qualitativa será possível realizar a busca dos significados que os mesmos dão à sua realidade (SILVA, 2014). A partir da análise dos discursos dos docentes serão retirados um ou mais Discurso do Sujeito Coletivo que irão representar as percepções dos docentes em relação à inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no curso de Biblioteconomia da UDESC.

Quanto à natureza da pesquisa, esta é considerada como aplicada, com objetivo de gerar conhecimentos para serem aplicados na prática, dirigidos à solução de problemas específicos. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto aos objetivos esta pesquisa é exploratória e descritiva. Segundo Gil (2011), a pesquisa exploratória é utilizada quando o tema é pouco explorado e é desenvolvida procurando enfocar uma visão geral acerca de um determinado assunto. Enquanto isso, a pesquisa descritiva requer que o investigador possua uma série de informações sobre o que deseja pesquisar (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Além disso, este tipo de pesquisa busca descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como, estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2011).

Com relação ao problema, esta é uma pesquisa qualitativa. As pesquisas qualitativas preocupam-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). No que concerne aos procedimentos, esta é uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica por ser uma pesquisa constituída com base em material já elaborado, formados de livros e artigos científicos. É considerada documental, pois se utiliza de instrumentos que ainda não receberam um tratamento

analíticos, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2002; 2011). No que tange à pesquisa documental, serão utilizadas as leis, diretrizes, ementas das disciplinas e o Projeto Pedagógico do curso exposto no *site* do curso de Biblioteconomia da UDESC.

O universo desta pesquisa é composto por professores colaboradores e efetivos do Departamento de Biblioteconomia da UDESC. As entrevistas foram realizadas entre agosto e outubro de 2016. Para a realização da coleta de discursos deste trabalho, foi utilizada como instrumento a entrevista semiestruturada, com roteiro definido e um questionário de caracterização. Conforme Martins (2005), a entrevista é uma técnica alternativa que visa coletar dados não documentados sobre determinado tema. É realizada por meio de uma conversa efetuada face a face com o objetivo de proporcionar ao entrevistador, de forma verbal, as informações necessárias para a pesquisa.

Para maior segurança e fidedignidade das informações coletadas, as entrevistas deste trabalho foram gravadas para que, posteriormente, fosse realizada a transcrição das mesmas. Após serem transcritos, cada um dos depoimentos foram analisados e, por fim, criou-se o(s) Discurso(s) do Sujeito Coletivo. Utilizou-se da modalidade de análise de discursos, denominada de Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, que é considerado uma inovação para as pesquisas empíricas de opinião baseadas em depoimentos, o DSC (LEFREVE; LEFREVE, 2005) e é conceituado como “uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos” (LEFREVE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p. 70). Constitui-se ainda, como “um recurso metodológico que permite a realização de pesquisas de resgate de opiniões coletivas”. (LEFREVE; LEFREVE, 2005, p. 21). Nas pesquisas em que o DSC é utilizado, “o pensamento é coletado por entrevistas individuais com questões abertas, o que faz com que o pensamento, como comportamento discursivo e fato social individualmente internalizado, possa se expressar” (LEFREVE; LEFREVE, 2005, p. 21).

O DSC tem por objetivo descrever e expressar uma determinada opinião ou posição sobre um tema específico presente em uma formação social. Esta técnica é subdividida e realizada por uma série de operações a serem realizadas no material das entrevistas coletadas durante a pesquisa. Como vantagens, a opinião processada utilizando o DSC possui maior riqueza de conteúdos significativos, trazendo “detalhamentos individuais de uma mesma opinião coletiva” acerca do tema pesquisado. Além disso, é possível realizar a descrição de argumentos ou justificativas associadas à opinião, em uma escala coletiva.

Outro fator, é que o DSC obriga o pesquisador a empreender um raciocínio discursivo, que visam tornar os resultados mais densos (LEFREVE; LEFREVE, 2005).

Neste sentido, o DSC possibilita a representação do pensamento de um determinado grupo, neste caso, a representação social do coletivo docente do curso de Biblioteconomia da UDESC que articulam sobre a importância da inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no curso. Esta pesquisa atende aos procedimentos éticos estabelecidos pela Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, integrado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS) e pelos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP). O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UDESC e foi aprovado pelo referido comitê em 11 de agosto de 2016, data anterior à coleta dos discursos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERCEPÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DO DSC

Foram coletados os discursos de 13 docentes do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, onde 10 são efetivos, um é professor substituto e dois são do Departamento de Ciências Humanas. Destes 13 entrevistados, 10 são do sexo feminino e três do sexo masculino e, com relação à idade dos docentes, quatro possuem de 30 a 40 anos, cinco possuem de 40 a 50 anos e quatro docentes possuem de 50 a 60 anos.

Destes docentes, sete professores possuem graduação em Biblioteconomia, dois possuem graduação em Biblioteconomia e Documentação, um possui graduação em Superior Tecnólogo em Processamento de Dados, um docente com graduação em Ciências da Computação e em Administração, um docente com graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e outro com graduação em Filosofia. Além disso, dois professores que possuem graduação em Biblioteconomia, também são graduados em Pedagogia e em Educação Física.

Quanto à pós-graduação, seis docentes possuem especialização e as áreas são as seguintes: Gestão de Bibliotecas, Direitos Humanos e Cidadania, Informação para Indústria, Educação Física Infantil, Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais, Documentação e Informação e Gestão de Bibliotecas Escolares. Todos os docentes

possuem Mestrado, e as áreas são: Educação, Educação e Cultura, Ciência da Informação, Engenharia de Produção, Sociologia Política, Antropologia Social e Filosofia. Quanto ao Doutorado, dez docentes são doutores e um é doutorando. As áreas dos doutorados destes docentes são: Tecnologia e Sistemas de Informação, Engenharia e Gestão do Conhecimento, Ciência da Informação, Sociologia Política, Educação, Ciências da Comunicação, Ciências Sociais e Filosofia.

Após a entrevista com estes docentes, realizou-se a aplicação da metodologia da análise dos discursos coletados. A partir disso, foi elaborado o DSC geral que representou a soma de todos os discursos:

Este DSC foi elaborado conforme a sequência das questões do roteiro de entrevista. Ao ser realizada a análise deste discurso coletivo, as representações sobre a inserção História e Cultura Africana e Afro-brasileira no curso de Biblioteconomia da UDESC são discutidas nos pontos a seguir:

- a) **A importância da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Curso:** A partir do DSC, é possível observar que a temática é considerada importante pelos docentes entrevistados e que estes atribuem o aspecto humanístico e social da profissão como um dos pontos de partida para esta inclusão. Conforme os entrevistados, o bibliotecário enquanto sujeito político, cidadão e educador, precisa ter uma formação voltada para as questões sociais e aspectos humanísticos dentro do curso, pois um bibliotecário crítico que sabe sobre a temática e que exerce esse saber no seu dia a dia irá contribuir para a promoção do respeito entre os cidadãos.
- b) **O currículo do curso e a disciplina sobre a temática:** Nos discursos analisados, os entrevistados concordam em ter uma disciplina, mesmo que optativa, no curso sobre a temática. Ou então, que a temática seja incluída nas disciplinas já existentes. No entanto, ressaltam que é preciso que o docente esteja qualificado para trabalhar com a temática, de forma que este possa realizar um bom trabalho. Criar parcerias e trazer docentes de outras áreas para ministrar a disciplina em um primeiro momento, é uma reflexão trazida por um dos entrevistados, que acredita que após a conscientização, qualificação e capacitação dos docentes do curso estes deverão trazer esta responsabilidade para si.
- c) **A Formação dos docentes e a inclusão da temática na prática docente:** Os discursos dos entrevistados nos remetem novamente à importância de ser

inserida a temática no curso, pois a grande maioria dos docentes são graduados em Biblioteconomia. Dessa forma, uma formação continuada dos docentes se faz necessária para que estes possam incluir a temática nas disciplinas que ministram, pois é difícil incluir algo que não se teve formação adequada para tal. Destaca-se que alguns dos entrevistados incluem a temática na sua prática pedagógica conforme a demanda trazida por alguns estudantes, por conta de orientações de TCCs e dissertações sobre o assunto ou projetos construídos que tenham ligação com a Lei Federal Nº 10.639/03. Nestes casos, os entrevistados afirmam ter feito auto formação e buscado estudar conteúdos sobre a temática, bem como, pesquisas realizadas e publicadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC). Outros respondentes tiveram formação para tratar da temática, no entanto, são oriundos dos cursos de Pedagogia e História. Outros entrevistados justificaram a não inclusão da temática nas disciplinas que ministram e isto acontece por: a) questões de tempo, que não permite a elaboração de uma atualização nos conteúdos das disciplinas; b) o fato da ementa não ser flexível para tanto e; c) o fato de ministrarem disciplinas muito técnicas ligadas às tecnologias da informação e comunicação e de gestão. Conforme um dos entrevistados, a disciplina de Evolução do Pensamento Científico, por exemplo, ainda não possui um item identificável da temática, mas está prevista uma atualização do conteúdo da disciplina para inclusão deste e de outros temas.

- d) **Desconhecimento da Lei Federal nº 10.639/2003:** Quando perguntado aos entrevistados sobre o que estes conheciam a respeito da Lei Federal nº 10.639/03 referente ao ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a maioria demonstrou desconhecimento sobre o teor da mesma. No entanto, há docentes que sabem de sua existência e inclusive, orientam trabalhos sobre a mesma ou fizeram parte de coordenação de cursos e da criação de projetos onde foi necessária a leitura desta. Observou-se que nestes casos, os docentes tomam a iniciativa de ler a Lei para que possam entender e executar as atividades docentes que a envolvem. Outro ponto que se destacou, foi o fato do momento político em que se encontrava o país e onde havia um certo receio de que a Lei fosse vetada.
- e) **O surgimento de outros temas de discussão:** Nos discursos, surgiram pontos importantes de discussão, tais como a visibilidade da população negra e de outros grupos, como, os indígenas, as mulheres, os homossexuais, as pessoas com

deficiência e aqueles que sofrem discriminações e violências. Há uma percepção de que a sociedade quer tornar esses grupos invisíveis e está cada vez mais intolerante e que, portanto, é necessário que aconteçam ações de resistência contra esta intolerância generalizada que está presente em nossa sociedade. Além disso, abordam que o campo da Biblioteconomia é conservador, e que a discussão da temática no curso trazida por este trabalho foi algo corajoso. Observou-se que, a partir de uma pergunta mais ampla e dos questionamentos surgidos nesta pesquisa, houve uma potencial sensibilização para se refletir e se sensibilizar com outros temas e questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa respondeu ao problema proposto inicialmente, uma vez que foi possível compreender a inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do Bibliotecário no curso de Biblioteconomia da UDESC. Os objetivos específicos desta pesquisa foram alcançados.

O primeiro objetivo era *“Identificar como a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira está estabelecida nas ementas das disciplinas que compõem o projeto pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UDESC”*, e observou-se que, até o presente momento não há nenhuma disciplina específica ou correlata sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira na matriz curricular do curso.

Em relação ao segundo objetivo específico, que era *“Levantar as percepções dos docentes e suas representações sociais sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário”*, o mesmo foi concluído por intermédio do DSC. Quanto ao terceiro objetivo, que consistia em *“Verificar a importância manifestada pelos docentes sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira na formação do bibliotecário”*, observou-se, por meio do DSC, que os mesmos consideram a temática importante para ser inserida no curso, entretanto, ainda é necessária a capacitação dos docentes para a inserção da temática em sala de aula. E no último objetivo, que era *“Verificar como a temática é contemplada nas práticas docentes e em quais disciplinas da grade curricular é trabalhada”*, analisou-se que, algumas disciplinas como de Leitura e Literatura Infanto-Juvenil possui uma inserção mais pontual da temática com seminários e indicação de literaturas contidas no NEAB/UDESC; a disciplina de Antropologia Cultural trata de forma

mais ampla a temática com foco especial no racismo; a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa aborda o tema conforme aparece a demanda por parte dos alunos que possuem interesse pela temática; a disciplina de Gestão de Estoques Informacionais utiliza-se de uma abordagem mais indireta do tema ao tratar dos aspectos sociais da Biblioteconomia inclusiva e nas disciplinas sobre Catalogação são realizados o tratamento e processamento de obras sobre a temática.

Enquanto sugestões, este trabalho propõem a realização de cursos de formação docente sobre as temáticas africana e afro-brasileira, branquitude e da educação para as relações étnico-raciais. Sugere-se também, a participação nos eventos e nos grupos de estudos realizados no NEAB/UDESC com estudantes e egressos do curso de Biblioteconomia que abordam esta e outras temáticas, bem como, a criação de parceria, com projetos de pesquisa e extensão, entre o NEAB/UDESC e os docentes do Departamento do Curso de Biblioteconomia, visto que este Núcleo já está sendo utilizado como laboratório de graduandos do curso e possui uma biblioteca especializada na temática.

Neste sentido, finaliza-se esta pesquisa, esperando que a mesma sirva de subsídio para a reflexão dos docentes e que resulte na inserção da temática africana e afro-brasileira no curso de Biblioteconomia da UDESC. Reafirma-se a importância da inserção desta temática não só no ensino de Biblioteconomia, mas também na prática do bibliotecário enquanto profissional, cidadão, mediador e um sujeito atuante na sociedade. Este profissional precisa estar apto a atender todos os tipos de público, conhecer e respeitar a história e a cultura das populações que fazem parte da sociedade brasileira, bem como, contribuir para a promoção da igualdade, da diversidade étnico-racial e a redução de racismos e preconceitos.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de Bolsa de Doutorado pelo Programa de Demanda Social (DS)/UFMG.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. B. F. de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 160 f. Brasília, DF, 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília; Faculdade de Ciência da Informação (FCI), 2012.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento, trad. Floriano Fernandes, 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

BOTTENTUIT, A; CASTRO, C. **Movimento Fundador da Biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911**. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. 1911.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 20.673, de 17 de Novembro de 1931**. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. 1931.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 22.269, de 28 de Dezembro de 1932**. Dá novo Regulamento à Casa da Moeda. 1932.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 4.084, de 30 de Junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. 1962.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. **Decreto Nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968**. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. 1968.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. **Decreto Nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969**. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. 1969.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 7.504, de 2 de Julho de 1986**. Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário, e dá outras Providências. 1986.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Brasília, 1992b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília, 1992a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Resolução CNE/CES 19, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia. 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **CNE/CP Resolução 01/2004**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. 2004a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer N.º CNE/CP 003/2004**. Diário Oficial da União, Brasília(DF), 19 de Maio de 2004. 2004b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF, 10 de março de 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p.

BRASIL. Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 de Junho de 2013. 2013.

CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. (Orgs.). **Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

CASSOLI, A. T. A saga do negro brasileiro por inclusão social, justiça e políticas afirmativas. In: SCHERER-WARREN, I.; PASSOS, J. C. dos P. (Orgs.). **Relações Étnico-Raciais nas Universidades: os controversos caminhos da inclusão**. Florianópolis: Atilênde, 2014. 148 p.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - CFB. Resolução CFB nº042, de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia.

CORTÊ, A. R. e. A Biblioteconomia no Brasil: Razão de Ser do Conselho Federal de Biblioteconomia. In: CORTÊ, A. R. e et al. **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. 352 p.

CORTÊ, A. R. e. Primeira gestão (1966/1969): Laura Garcia Moreno Russo - O pioneirismo. In: CORTÊ, A. R. e et al. **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. 352 p.

CUNHA, V. L. Quilombo: a voz do Teatro Experimental do Negro (Rio de Janeiro, 1940/1950). **Cadernos de Clio**, Curitiba, n. 3, 2012.

DAVANSO, A. M.; ZANAGA, M. P. Organização curricular dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. In: **Anais do XVI Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da PUC-Campinas**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 27-28 Set., 2011.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. 2007, v. 12, n. 23, p.100-122.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008.

DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES - FEBAB. **Sobre a Febab**. 2016. Disponível em: <http://www.febab.org.br/missao/>. Acesso em: 31 Maio 2018.

FERREIRA, M. L. A. G.; CALDEIRA, P. da T.; BAHIA, M. A.; ARAÚJO, M. E. B. Currículo Mínimo de Biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92-99, mar. 1977.

FONSECA, E. N. da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, INL, 1979. 112 p.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GUEDES, M. Z. A formação profissional do bibliotecário no curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná. **Educar**, Curitiba, n. 4, v. 1, p. 159-183, jan./jun., 1985.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Apicuri, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014. Rio de Janeiro, 13 Nov. 2015.

JESUS, J. F. de.; MELLO, A. da S.; ASSIS, L. C. de.; MARTIN, R. L. D. R. ENCUESTRO NACIONAL, 15; ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES EN EDUCACIÓN FÍSICA, 10, ENCUESTRO DE EXTENSIÓN, 1. INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACIÓN FÍSICA, Montividéu, 16, 17 y 18 de octubre de 2014. **Anais...** Montevideu: Universidad de la República, 2014.

JESUS, M. G. S. de. **A representação do negro nas revistas *Veja e Isto É***: Abdias Nascimento, o Movimento Negro e o Centenário da Abolição (1978-1988). 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2015.

LEFREVE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRHU”, São Paulo – 2002. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 68-75, Jul./Dez., 2003.

LEFREVE, F.; LEFREVE, A. M. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 97 p.

LUCINDO, W. R. S. Histórico do Movimento Negro no Brasil, luta e resistência da militância às Políticas de Ação Afirmativas, a Declaração de Durban até a Lei 10.639/03: a dívida social do Brasil com a população negra após o 13 de maio. In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. (Orgs.). **Formação de professores**: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.

MARTINS, J. **Um enfoque fenomenológico do currículo**: a educação como póiesis. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINS, R. B. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá, 2005. 278 p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 p.

NASCIMENTO, A. do N. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004. p. 209-224.

NASCIMENTO, M. de J. Da paleografia às tecnologias da informação: histórico, fatos e feitos que a história não registra do curso de Biblioteconomia da FAED/UDESC. In: KOCH, Z.; SHEIBE, L.; TEIVE, G.; NASCIMENTO, M. de J. (Org.). **FAED faz 50 anos**. Florianópolis: UDESC, 2014, v. 1, p. 77-103.

NOGUEIRA, J. C. Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. **Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, v. 3, n. 5, out. 2004, p. 89-99. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1980/1729>. Acesso em: 23 mar. 2016.

OLIVEIRA, L. L. de. "**A Frente Negra Brasileira**: Política e Questão Racial nos anos 1930". Rio de Janeiro, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

OLIVEIRA, L. O. A. **Expressões de Vivência da Dimensão Racial de Pessoas Brancas**: representações de Branquitude entre indivíduos brancos. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Salvador, Bahia, 2007.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória Histórica do Ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009.

PASSOS, J. C. dos P. Juventude Negra: escolarização e herança das desigualdades no Brasil Contemporâneo. In: SCHERER-WARREN, Ilse; PASSOS, Joana Célia dos Passos (Orgs.). **Relações Étnico-Raciais nas Universidades**: os controversos caminhos da inclusão. Florianópolis: Atilênde, 2014. 148 p.

PAULA, C. R. Política, educação e afro-brasilidade: o Movimento Negro em Nova Iguaçu. In: AGUIAR, M. A. da S. et al. (Orgs.). **Educação e diversidade**: estudos e pesquisas. v. 1, Recife: Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009, v. 1, p. 181-202.

PINTO, E. M. **História do ensino de Biblioteconomia no Brasil**: da Fundação na Biblioteca Nacional à criação na Universidade de Brasília. 2015. 67 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação. Brasília, DF, 2015.

PIZARRO, D. C. **Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial em Santa Catarina**. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis, 2010.

PEREIRA, A. A. O “Atlântico Negro” e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo. **Perseu**, n. 1, v. 1, 2007.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e da Filosofia, Departamento de História, 2010.

RASCKE, K. L. **“Resolveo a mesa que pelo menos houvesse huma Missa Resada”**: festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC – 1860 a 1890. Florianópolis, 2009. 258 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de História, 2009.

ROMÃO, J. M. O Movimento Negro brasileiro e as Diretrizes da Educação Nacional: a Lei Federal 10.639/03 é L.D.B! In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCKE, K. L. (Orgs.). **Formação de professores**: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.

SADALA, M. L. A. A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau Ponty. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2. Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativo -SE&PQ; Universidade Sagrado Coração - USC, **Anais...** Bauru (SP), 2004.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre Currículo e Legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 3, n. 6, 1998.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o Encardido o Branco e o Branquíssimo**: Branquitude Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. v. 1. 191 p.

SEPÚLVEDA, M. I. M. **A relação dos bibliotecários com a profissão, com a rotina profissional e com os usuários a partir de uma perspectiva compreensiva**. Belo Horizonte, 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2012.

SILVA, J. da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-asiáticos**. 2003, v. 25, n. 2, p.215-235.

SILVA, J. A. **Análise do Código de Ética profissional do Bibliotecário sob o ponto de vista filosófico**. 2006. 55 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2006.

SILVA, J. M. de O. de; LOPES, R. L. M.; DINIZ, N. M. F. Fenomenologia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 254-257, mar./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a18v61n2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SILVA, L. K. R. da; AQUINO, M. de A. Bamidelê: por uma Sociologia da Informação Étnico-Racial na organização das Mulheres Negras da Paraíba. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 001-010, 2013.

SILVA, A. C. P. de O. da. **É preciso estar atento**: a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias. Curitiba: Appris, 2014.

SILVA, F. C. G. da.; PIZARRO, D. C.; SALDANHA, G. S. As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, ago./dez. 2017.

SILVA, F. C. G. da.; SALDANHA, G. S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia Histórica, pensamento crítico e meio social. In: SPUDEIT, D.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I S. L.; DAVID, J. G. (org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

SILVA, R. M. da C. Cultura popular e a educação. In: SILVA, R. M. da C. (Org.). **Cultura popular e educação**: salto para o futuro. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008. 246 p.

SOUZA, F. das C. de. **Biblioteconomia no Brasil**: profissão e educação. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários; Biblioteca Universitária da UFSC, 1997.

SOUZA, F. das C. de. **O Modelo Educacional e seu Impacto sobre a Dimensão Pedagógica da Ciência da Informação**. Em Questão, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 123-142, jan./jun. 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Curso de Biblioteconomia. **Reformulação Curricular e Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia - Habilitação Gestão da Informação**. Florianópolis, Jun. 2007. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/544/ppc_biblio_2007.pdf. Acesso em: 10 abr. 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Curso de Licenciatura em Geografia. **Projeto Pedagógico do Curso Aprovado pela Resolução Nº 043/2013 – CONSUNI. 2013**. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1190/matriz_curricular_e_ementas_do_novo_curso_de_geografia_licenciatura.pdf. Acesso em: 10 abr. 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Departamento de Biblioteconomia. **Curso de Biblioteconomia – Habilitação Gestão da Informação**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/?id=108>. Acesso em: 30 maio 2016.